

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.455 - SP (2018/0325865-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : RENAN WESLEY ALMEIDA FERNANDES (PRESO)
ADVOGADO : EVANDRO APARECIDO MARTINS - SP264350
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por RENAN WESLEY ALMEIDA FERNANDES contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu o seu apelo nobre.

Depreende-se dos autos que o agravante foi condenado à pena de 13 (treze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nas sanções do artigo 157, § 3º, c/c o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal.

No julgamento da apelação, o tribunal de origem negou provimento ao recurso da defesa, mantendo incólume a sentença condenatória.

Interposto recurso especial, este não foi admitido pela Instância de origem, ensejando a presente insurgência, na qual o agravante sustenta que o óbice indicado na decisão objurgada não incidiria na hipótese dos autos.

Requer o acolhimento do agravo a fim de que seja admitido e provido o apelo nobre.

O MPF, à fl. 449, manifestou-se pelo desprovimento do agravo.

É o relatório.

No recurso especial, o recorrente pretende, em síntese, a desclassificação do delito para a conduta tipificada no artigo 157, § 3º, primeira parte, do Código Penal.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que, de fato, o recurso especial interposto não merece seguimento.

Sobre a questão submetida ao crivo deste Sodalício, o Tribunal *a quo* assim se manifestou (e-STJ fls. 366-367):

"Impossível, pois, a almejada desclassificação, eis que é nítido o animus necandi do acusado.

Ora, conforme pode se apurar dos autos, ele chegou a conduzir a moto sozinha para testá-la antes de convidar o ofendido para que lhe acompanhasse. Ou seja, caso sua intenção fosse tão somente subtrair, poderia ter feito naquela oportunidade; mas não, preferiu conduzir a vítima a um local ermo e desprovido de câmeras, para facilitar seu intento, e após conseguir ludibriar Bruno o fazendo assumir a direção, atingiu-o com uma máquina de choque na nuca e desferiu vários golpes e chutes com pedaços de madeira em seu rosto. Não bastasse isso, chegou inclusive a falar que estava difícil de matar a vítima.

Todas essas circunstâncias evidenciam, de forma cristalina, verdadeiro animus necandi, o que torna absolutamente impossível qualquer desclassificação da

conduta.

Como se sabe, para configurar a tentativa de latrocínio na forma do art. 157, §3º, parte final, basta a comprovação de que o réu agiu com dolo de matar para subtrair, mas que por circunstâncias alheias à sua vontade não se consumou o evento morte ou subtração. Por esta razão, a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que o delito em tela se caracteriza independentemente da natureza das lesões sofridas pela vítima, bastando que o agente, no decorrer do roubo, tenha agido com o desígnio de matá-la."

Na presente hipótese, infere-se que o Tribunal de origem, após o reexame das provas colhidas no curso da instrução criminal, concluiu pela existência, nos autos, de elementos concludentes para fundamentar o decreto condenatório.

Desconstituir o julgado, por suposta violação à lei federal, no intuito de abrigar o pleito defensivo de desclassificação, não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário a este Sodalício aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias, incabível em sede de recurso especial, conforme já assentado pelo Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte.

Nesse sentido:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. [...]. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento que o acolhimento do pedido de absolvição pelo delito de associação para o tráfico de drogas implica imersão no conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável na via estreita do habeas corpus.

Precedentes.

[...]

(HC 392.818/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/05/2017)

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. [...]. PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO E AFASTAMENTO DA MAJORANTE DA TRANSNACIONALIDADE. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. [...]

2. A análise da tese recursal de não configuração, no caso, do delito de associação para o tráfico de entorpecentes, notadamente quanto à alegada ausência de ânimo associativo, demanda o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é defeso em âmbito de recurso especial, em virtude do disposto na Súmula 7 desta Corte.

Precedentes.

[...]

4. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp 823.195/MS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 06/04/2017)

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o apelo nobre, **conhece-se do agravo para não conhecer do recurso especial**, nos termos do artigo 34, VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

